

Interesse virtuoso ou virtude interessada: o amor de si na moral de Holbach*

Fábio Rodrigues de Ávila**

Resumo: Em *A Moral Universal*, o barão de Holbach elabora um sistema moral que tem sua gênese no interesse, pois parte do impulso da autoconservação e do desejo de bem-estar e tem a virtude e a vida social como finalidade. Isso pode parecer incoerente, pois o interesse é visto pela tradição filosófica como um impulso egoísta e antissocial. No entanto, no sistema moral apresentado pelo barão, o interesse é tido não apenas como a causa do desejo e o motor das ações, como também estabelece seu vínculo com a virtude. Pretendemos, portanto, analisar essa relação entre o amor de si, o interesse e a virtude e como eles se articulam para dar origem ao sistema moral proposto pelo barão iluminista, buscando desenredar alguns preconceitos que por vezes atingem um pensamento, um conceito ou uma ideia.

Palavras-Chave: Amor de si, Interesse, Moral, Virtude.

Virtuous interest or interested virtue: the love of self in the moral of Holbach

Abstract: In *The Universal Moral*, Holbach's baron elaborate a moral system that has your genesis founded on the interest, because, part of the impulse from self-preservation is from desire of well-being, and has virtue, and social life as goal. This might seem incoherent, because the interest is seem by philosophic tradition as a selfish and antisocial impulse. However, in the moral system introduced by the baron, the interest is not just the cause of desire and the engine of the actions, but also establishes its link with the virtue. We pretend, thus, analyze this relation between love of self, the interest and virtue, and how do they articulate themselves to start the moral system proposed by the illuminist baron, intending to unravel some preconcert that, sometimes, reaches a thought, a concept or an idea.

Key-words: Love-of-self, Interest, Moral, Virtue.

O interesse fala toda espécie de língua e faz toda espécie de papel, mesmo o do desinteressado

(La Rochefoucauld, Máximas, 39)

Tzvetan Todorov escreveu um ensaio chamado *A Vida em Comum*, em que ele propõe uma análise antropológica do homem a partir da perspectiva diferente da que costumeiramente a Antropologia tradicional observa, que é do homem no interior da

* Texto apresentado no I Congresso da ABES XVIII – Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII – “As luzes e o Brasil”, realizado na Universidade de São Paulo – FFLCH, de 04 a 06 de setembro de 2017.

** Mestre e doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. Contato: fabioc12@hotmail.com.

sociedade, mas, pelo contrário, ele analisa o papel que a sociedade exerce dentro do homem, ou seja, ele trata do lugar que as relações sociais ocupam na psique e questiona que papel elas cumprem na natureza humana. As principais questões que ele se propõe a responder ao longo de seu ensaio são:

Na verdade, o que significa o fato admitido, de modo geral, de que o homem é um ser social? Quais são as consequências desta constatação, de que não existe eu sem tu? Em que consiste, para o indivíduo, a exigência de conhecer apenas uma vida em comum? ¹

Partindo da historiografia filosófica do conceito de natureza humana, ele distingue duas tradições: uma associal, na qual ele inclui aqueles que consideram que o homem é, por natureza, solitário, egoísta e autointeressado, como Maquiavel, Hobbes e La Rochefoucauld; e outra, que considera o homem um ser necessariamente social, isto é, que tem necessidade de conviver com seus semelhantes, como Aristóteles e Rousseau.

Tomemos a primeira tradição apontada por ele, na qual inclui os materialistas franceses do século XVIII, corrente filosófica que mais nos interessa aqui. Nela, Todorov aborda a questão principal do “interesse” enquanto característica fundamental do homem. O homem, sendo um ser solitário e autointeressado, enxerga os outros homens apenas como obstáculos ou instrumentos para o seu bem-estar²: o egoísmo é sua característica fundamental, pois seu interesse principal é sua sobrevivência, por meio da dominação dos outros, sobre os quais ele deve exercer o poder, para não ser por eles subjugado. Ele critica essa tradição a partir do seguinte argumento:

Mais fundamentalmente, a fórmula de La Rochefoucauld implica a existência de um eu autônomo e interessado, *anterior* a qualquer vida social, uma espécie de proprietário que aspira apenas à acumulação de riquezas, como se as relações com as pessoas pudessem ser compreendidas pelas referências às relações que nos ligam às coisas. ³

¹Todorov, Tzvetan. *A vida em Comum: ensaio de antropologia geral*, tradução de Maria Angelica Deângeli e Norma Wimmer, São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.11.

² “[...] somente em aparência, e para concordar com as exigências da moral oficial, o homem se ocupa dos outros; na verdade, ele é um ser puramente egoísta e interessado, para quem os outros são apenas rivais e obstáculos”. Ibidem, p. 17.

³Ibidem, p. 20.

Pois bem, como ele afirma logo em seguida, o homem não *escolhe* viver em sociedade, ele não o faz por interesse ou por virtude, mas, simplesmente, por desconhecer qualquer outro modo de existência⁴.

A nosso ver, podemos nos perguntar se Todorov está sendo justo com a tradição materialista setecentista. A única referência que ele faz a essa tradição encontra-se nessa exposição sobre a natureza egoísta e solitária do homem. Ele aponta a perspectiva materialista de Helvétius, Diderot e Sade – dos quais ele cita algumas passagens para corroborar sua análise – mas esquece-se de Holbach, que ele faz referência entre os materialistas e enciclopedistas, mas não cita qualquer passagem dele para situá-lo junto a essa tradição. Segundo Todorov, a tradição hobbesiana e moralista seiscentista procura opor natureza e moral, em que essa última surge como um artifício que exerce a contenção da primeira. Assim, a convenção do contrato emerge como uma potência exterior que age sobre a natureza egoísta do indivíduo, o que possibilita que ele se torne sociável. Por outro lado, a tradição materialista setecentista procura “calcar o ideal sobre o real”, ou seja, a essa natureza humana solitária e interessada no próprio bem, a moral precisa apoiar-se para estabelecer seus princípios; apenas desse modo a vida social é possível e os conflitos inerentes às relações humanas podem ser amenizados. Contudo, na sua visão, mesmo nesta tradição a sociabilidade permanece como uma aparência ou um artifício necessário para a sobrevivência do indivíduo, pois, de maneira contrária, sua natureza egoísta o colocaria em eterno conflito com os outros, assim como o pensam as tradições hobbesiana e moralista do século XVII.

Considerando a ausência de uma citação mais precisa de Holbach em seu ensaio, somos tentados a considerar que não houve, da parte de Todorov, a devida análise do pensamento do barão-filósofo, uma vez que, a nosso ver, ele justamente opõe-se a essa mesma perspectiva da qual Todorov o assimila. Para justificar este nosso ponto de vista, nos apoiaremos em uma das últimas obras de Holbach, *A Moral Universal* (1776), em que consta a doutrina moral do barão elaborada a partir de dois registros, justamente aqueles em que Todorov orienta-se para redigir seu ensaio: o registro da psicologia e da antropologia da vida social do homem.

Em *A Moral Universal*, Holbach dedica-se a apresentar um sistema moral correspondente à natureza humana, pois, na sua visão, a moral sempre fora uma ciência

⁴ “[...] a relação precede o elemento isolado. Eles não vivem em sociedade por interesse, por virtude, ou pela força de qualquer outra razão; fazem-no porque não há para eles outra forma de existência possível”. Ibidem.

mal elaborada, pois apoiava-se em hipóteses metafísicas – segundo ele, hipóteses abstratas e misteriosas –⁵ que não correspondem de fato à natureza do homem, e por isso, são incapazes de organizar a vida social. Nessa obra, Holbach procura tratar da moral mais especificamente como uma ciência:

A moral é a ciência das relações que subsistem entre os homens e dos deveres que decorrem dessas relações: se preferirem, a moral é o conhecimento daquilo que devem necessariamente fazer ou evitar os seres inteligentes e racionais que queiram se conservar e viver felizes em sociedade.⁶

Se a moral é a ciência que trata das relações humanas, ela deve ser sustentada por uma estrutura que esteja de acordo com a natureza do homem; seus princípios devem ser aqueles que derivam das necessidades e das capacidades humanas. Cada indivíduo é um ser particular que, por sua essência, tem necessidade do auxílio dos outros seres da sua espécie; logo, as relações entre ele e os outros são relações necessárias que antecedem a sua existência. Contudo, o que vemos é que Holbach não defende que a moral surja como um artifício necessário dado por uma lei natural, em oposição ao conflito natural que emerge da existência coletiva, mas que, por oposição à tradição hobbesiana, é justamente no estado de natureza que a reciprocidade se apresenta como necessária, e os conflitos surgem a partir da existência coletiva, quando os interesses particulares são mais variados e tem menos pontos em comum. A moral, assim, não seria, de acordo com Holbach, um artifício, tampouco os conflitos seriam um mero aspecto da natureza egoísta do homem, voltado para o desejo de dominar os outros e de não ser dominado. Para o filósofo francês, as relações humanas, tomadas a partir da natureza material do homem, comportam tanto reciprocidade quanto conflito, e o estado de natureza, assim como o estado civil, não seriam condições antinômicas de existência, mas configurações próprias da natureza humana, que se dão em todos os âmbitos da existência do indivíduo, assim como no corpo social em que ele esteja inserido.⁷

⁵ É importante observar que, nessa obra em particular, Holbach furta-se a discutir princípios metafísicos e teológicos, como ele faz reiteradamente, por exemplo, no *Sistema da Natureza*: “Também não é esse o lugar para examinar se o homem está destinado a outra vida, ou seja, se sua alma é feita para sobreviver à ruína de seu corpo ou se a morte o aniquila por inteiro: cabe à metafísica e à teologia discutir essas questões, nas quais não pretendemos tocar aqui. A moral que apresentamos é o conhecimento natural dos deveres do homem na vida deste mundo” Holbach, barão de. *A Moral Universal ou os deveres do homem fundamentados na sua natureza*, tradução de Regina Schöpke, São Paulo: Martins Fontes, 2015 (Coleção Tópicos), p. XXV do “Prefácio”.

⁶ *Ibidem*, p. 3.

⁷ Nesse aspecto, consideramos que a herança espinosista marca profundamente o pensamento materialista de Holbach, principalmente em seu aspecto político. Para uma análise do pensamento de Espinosa acerca

Inferimos essa interpretação do pensamento de Holbach ao tomarmos, como via de orientação, a configuração do seu materialismo. As relações entre os homens se dão do mesmo modo que as relações entre as moléculas que constituem a organização da Natureza e dos seres nela existentes. Cada molécula age de acordo com suas propriedades, e essas propriedades estabelecem modos de interação. Propriedades análogas entre moléculas semelhantes fazem com que essas moléculas interajam entre si, enquanto que propriedades divergentes fazem com que moléculas distintas se rechacem. Mais adiante, veremos como essa configuração molecular se reflete nas relações entre os homens.

Para esclarecer melhor esse ponto, precisamos analisar como Holbach configura a natureza do homem no interior de sua doutrina, e como, a partir dessa configuração, estabelece os princípios de sua moral natural. Veremos, assim, como ele apresenta o homem como um ser necessariamente social, mas que possui um interesse que vai além daquele da dominação; pelo contrário, a interpretação que temos do pensamento do filósofo materialista demonstra que o maior interesse do indivíduo é a virtude, pois ela é o meio pelo qual ele alcança o seu anseio mais natural, que é a conservação de sua existência, e no caso de Holbach, essa conservação implica seu bem-estar e sua felicidade.

Vejamos nesse momento, portanto, a natureza humana apresentada pelo filósofo enciclopedista: primeiramente, é importante notar que ele se furta a analisar a natureza do homem ao modo da metafísica ou da teologia, de maneira que sua proposição se paute, principalmente, na observação atenta das qualidades que os homens demonstram quando convivem em sociedade. Assim, ele diz que o homem é um ser material, que possui qualidades como a inteligência e a sensibilidade, por meio das quais ele age para realizar o seu impulso mais natural, que é conservar-se de maneira agradável e feliz. Os meios que o homem dispõe para atingir esse objetivo são a razão e a experiência. A sensibilidade nada mais é que a disposição de ser afetado pelos objetos que causam uma impressão no corpo e uma ideia na mente; essas impressões podem ser agradáveis ou desagradáveis, dependendo do modo como afetam o corpo e das imagens que provocam na mente. A atividade dessas percepções e dessas imagens mentais dos objetos e suas relações é o que Holbach denomina pensamento. Ele pode ser distinguido entre processos como reflexão, memória, imaginação, julgamento etc.; são todos modos de o pensamento mobilizar o

dessa não-oposição entre estado de natureza e estado civil, remetemos o leitor ao ensaio de Marilena Chauí “Direito Natural e Direito Civil em Hobbes e Espinosa”, in *Política em Espinosa*, São Paulo, Cia das Letras, 2003.

material que recebeu da sensibilidade, que relaciona as ideias de acordo com as impressões que elas causaram.

Corpo e mente, desse modo, mantém uma relação de contiguidade, e não de continuidade. A mente não mobiliza o corpo, tampouco o corpo imprime ideias na mente que são em seguida refletidas no seu comportamento. Há uma relação intrínseca entre tudo o que afeta o corpo e o modo como a mente é afetada. Isso se deve, principalmente, à maneira como o corpo é constituído no sistema materialista de Holbach. Adepto da teoria dos humores,⁸ ele enfatiza o papel do temperamento na constituição das ideias e no modo como os homens agem. O temperamento é que dá o tom da força das impressões, da vivacidade da mente em mobilizar as ideias por meio da imaginação ou da memória, além de ser essencial para conduzir o grau de participação das paixões na conduta ativa do indivíduo. Os homens são diversos devido a essa variação existente entre seus temperamentos, suas paixões e suas ideias:

Os homens só diferem entre si porque eles não sentem precisamente da mesma maneira; a partir disso, eles não podem ter precisamente as mesmas sensações, as mesmas ideias, as mesmas inclinações e as mesmas opiniões sobre as coisas, e nem, por conseguinte, adotar a mesma conduta na vida.⁹

As paixões também são o resultado dessa organização fisiológica. Elas são os movimentos de amor e ódio pelos objetos que afetam os sentidos, de acordo com o grau de prazer ou dor que esses objetos causaram no corpo/mente:

Entre as impressões ou sensações que o homem recebe dos objetos que o afetam, umas, por sua conformidade com a natureza de seu organismo, lhe agradam, e outras, pela perturbação e pelo desarranjo que trazem para ele, lhe desagradam. Por conseguinte, ele aprova umas, deseja que elas continuem ou se renovem nele, ao passo que desaprova as outras e deseja que elas desapareçam.¹⁰

Holbach propõe o princípio da utilidade como núcleo valorativo do juízo moral acerca dos objetos, o que se estende às relações sociais. Bom é aquilo que é útil, e útil é aquilo que proporciona um prazer ou evita uma dor. No âmbito das relações sociais, um

⁸ A teoria dos humores é uma filosofia medicinal antiga que considera que há quatro humores no organismo humano (colérico, fleumático, sanguíneo e melancólico) que são derivados dos quatro elementos que constituem a natureza (fogo, ar, terra, água) que interagem entre si e dão origem a quatro estados (quente, frio, úmido, seco). Cada indivíduo possui os quatro elementos e mantém os humores equilibrados quando está saudável, porém, quando um humor prevalece exageradamente sobre o outro, há uma enfermidade.

⁹ Holbach, op.cit, p. 11.

¹⁰ Ibidem, p. 13.

indivíduo que contribui para o meu bem-estar é útil e conseqüentemente, é bom para mim; a relação com esse indivíduo é, desse modo, desejada e estimada. Por outro lado, aquele que me ameaça é nocivo e, por conseguinte, a relação consigo deve ser evitada e preterida. Não devemos, contudo, equivocarmo-nos e considerar que essa proposição “coisifica” as pessoas, tratando-as como meros objetos. O recurso ao princípio da utilidade que Holbach utiliza-se está no registro das relações moleculares que se estendem às relações entre as pessoas. O grau de ser é diferente, mas o mecanismo de movimentação é o mesmo, de modo que essa seria a resposta imediata do indivíduo diante de uma impressão dada por outro indivíduo. É nesse ponto que emerge a necessidade da reflexão.

Por meio do pensamento, que relaciona e organiza as impressões e as ideias, o homem é capaz de julgar os indivíduos de uma maneira mais justa e não apenas espontânea, e, por conseguinte, pode julgar inclusive a si mesmo nas relações sociais. É nesse registro que podemos analisar com profundidade o lugar do *interesse* em seu sistema moral.

O homem é movido pelo seu interesse principal que é, como dissemos, aquele da conservação e bem-estar. Ele deseja, portanto, os seres aos quais ele vincula a sua felicidade. Devemos frisar que o homem só age por interesse, pois todas as suas ações têm por objetivo alcançar e conservar o seu bem-estar, a sua felicidade. Essa busca pelo próprio bem é o que Holbach chama de amor de si mesmo. O amor de si é um sentimento natural no homem, pois representa o interesse que o homem tem por sua própria existência.¹¹ Sem o amor de si, ele seria indiferente à sua conservação e pereceria na luta pela sobrevivência. Contudo, isso não o torna um ser egoísta, que busca incessantemente o poder e domínio sobre os outros, pois Holbach dedica-se a esmiuçar a psicologia do homem em outra direção. Segundo ele, o amor de si é o que torna o homem sociável, pois é devido a esse amor por si mesmo que o homem deseja ser estimado pelos seus semelhantes. Pela experiência, ele percebe que não é capaz de conservar-se e alcançar a felicidade que almeja sem o auxílio dos outros de sua espécie; por isso, ele busca aqueles a quem estima, ao mesmo tempo em que procura também ser por eles estimado. Um indivíduo que fosse destituído desse sentimento seria um ser insociável, incapaz de afeiçoar-se aos outros, pois não é afeiçoado a si mesmo.

¹¹ “É sempre visando a si mesmo que ele tem afeição pelos outros e que se une com eles [...] Somos nós mesmos que nos amamos nos outros, assim como em todos os objetos aos quais vinculamos o nosso amor” Ibidem, p. 30.

Para compreendermos melhor esse mecanismo, precisamos entender alguns outros aspectos da concepção de natureza humana proposta por Holbach. É importante assim nos dedicarmos à sua ideia de consciência. Ela é uma “disposição adquirida”, desenvolvida por meio das experiências reiteradas das relações de prazer e dor com os objetos e com os outros homens. Para julgar adequadamente essas relações, é preciso analisar, pelo uso das faculdades intelectuais, ou seja, pela memória, pela reflexão e pelo entendimento, os efeitos que elas causaram, estando atentos às verdadeiras causas que as surtiram. Diz Holbach:

É preciso ter aprendido, quer por nossa própria experiência, quer por aquela que nos é transmitida, os efeitos que as causas podem produzir sobre nós para julgar essas causas, ou seja, para saber se elas nos são favoráveis ou nocivas [...] Uma consciência esclarecida é o guia do homem moral.¹²

No âmbito das relações humanas, ele define a consciência como o “conhecimento dos efeitos que as nossas ações produzem sobre os nossos semelhantes e, por via indireta, sobre nós mesmos”¹³. A consciência é essencial para as relações sociais, pois ela permite o conhecimento pelo indivíduo da causa das ações e o julgamento de seus efeitos, tanto em relação às suas ações com relação aos outros quanto das ações alheias em relação a si mesmo. Sem a análise e ponderação da consciência, os homens não compreenderiam nem a si mesmos nem aos outros, agindo apenas por reflexos instintivos, de modo que os conflitos que daí decorreriam seriam intensificados pela força das paixões. Prevaleceriam a ira, a desconfiança, o desejo de vingança, o medo recíproco, ou uma esperança e complacência ingênuas, uma confiança exacerbada etc. Porém, segundo Holbach, com o desenvolvimento da consciência, o homem julga adequadamente as causas e efeitos, sendo capaz de avaliar corretamente as relações benéficas e nocivas para si. Para julgar corretamente, a consciência vislumbra o princípio de utilidade ao qual nos referimos, apoiando-se também nos costumes e hábitos sociais. O amor de si é fundamental nesse processo de avaliação das ações pela consciência, pois ele é o indicador moral do princípio de utilidade.

Vejamos com mais clareza como se dá esse processo. Holbach considera que o estado de natureza indica a existência do indivíduo isolado, no qual ele possui deveres consigo mesmo, isto é, os deveres pertinentes à sua própria conservação. Conseguir

¹² Ibidem, p. 57.

¹³ Ibidem, p. 56.

alimentos, abrigo, proteger-se das feras; essa é a condição do indivíduo que vive apenas para si mesmo. Contudo, esse estado não é real, ele é apenas hipotético, pois desde o nascimento, o homem deve sua existência, sua conservação, nutrição e proteção aos outros de sua espécie. Logo, ao desenvolver-se, ele aprende ao longo do tempo que sua existência está ligada à de outros, seus semelhantes, que o auxiliam em seu desenvolvimento. Isso gera para ele um sentimento recíproco, pois ele aprende que ele os estima por agirem bem com ele, e que, para ser também estimado, deve agir do mesmo modo com os outros. O desenvolvimento da consciência implica, assim, o desenvolvimento de alguns sentimentos, que são dados, principalmente, pela educação decorrente dos pais, dos costumes, das leis, isto é, dos hábitos adquiridos socialmente. Holbach elege três sentimentos fundamentais para o desenvolvimento dessa consciência no âmbito moral: a vergonha – que é o receio da censura e do desprezo dos outros; o remorso – o receio do ódio ou do ressentimento pelas ações que praticamos; e o arrependimento – uma dor interna pelo nosso reconhecimento das más ações que praticamos e que atraíram a vergonha e o remorso. Esses sentimentos funcionam como normas que servem para opor-se a impulsos decorrentes de nossas paixões violentas que possam prejudicar os outros indivíduos ou a nós mesmos. Quando os costumes ou as leis estão corrompidos, os homens não os sentem e sua consciência lhes autoriza a agirem mesmo que perversamente: “Os homens não têm normalmente nem vergonha, nem remorso, nem arrependimento das ações que eles veem ser autorizadas pelo exemplo, toleradas ou permitidas pelas leis e praticadas pela maioria”¹⁴. É, portanto, o exame das próprias ações, através de uma educação adequada, que torna o homem apto a ouvir os ditames da consciência: a boa educação desperta nele o desejo de agradar e o temor de ser desprezado ou odiado pelos outros.

O indivíduo que examina a si mesmo e julga suas ações de acordo com os efeitos que elas causam nos outros é capaz de reconhecer quando age mal e prejudica alguém. Ele então sente-se envergonhado, tem remorso ou arrependimento pelos seus atos, porque a educação que recebeu incitou nele o desejo pela virtude e o desprezo pelo vício. Ele abala assim o amor que tem por si mesmo, “porque ele se vê, então, com os mesmos olhos com que é visto pelos outros”¹⁵. De acordo com o filósofo materialista, é o uso da

¹⁴ *Ibidem*, p. 60.

¹⁵ *Ibidem*, p. 62.

imaginação que possibilita essa reflexão, pois o indivíduo representa para si mesmo as impressões e sentimentos que ele provoca nos outros:

Tudo nos prova, portanto, que a consciência, longe de ser uma qualidade inata ou inerente à natureza humana, só pode ser fruto da experiência, da imaginação guiada pela razão, do hábito de se voltar para dentro de si mesmo, da atenção sobre as próprias ações, da previdência de suas influências sobre os outros e de sua reação sobre nós mesmos.¹⁶

Virtude e vício são os indicadores do julgamento da consciência, e é fundamental que esclareçamos o que sejam essas qualidades morais no interior da doutrina do barão francês:

A virtude em geral é uma disposição ou vontade habitual e permanente de contribuir para a felicidade constante dos seres com os quais vivemos em sociedade. Essa disposição só pode ser solidamente fundamentada na experiência, na reflexão e na verdade, com a ajuda das quais nós conhecemos os nossos verdadeiros interesses e os interesses daqueles com quem temos relações.¹⁷

A virtude é, dessa maneira, não apenas uma ação que beneficie os outros em detrimento do bem pessoal. Pelo contrário, uma ação virtuosa é aquela que beneficia tanto os outros que a recebem quanto aquele que a pratica. Assim, o filósofo francês opõe-se tanto à tradição cristã, que vê a virtude como o sacrifício próprio em função do bem comum, quanto em relação à tradição maquiavélica e hobbesiana, para quem a virtude indica mais um ardil ou uma sagacidade de espírito. Já o vício é, pelo contrário, uma ação que prejudica tanto o indivíduo que a pratica quanto os outros que a sofrem. Por isso, a virtude deve ser fruto de uma boa educação e de uma boa disposição, pois ela seria um aperfeiçoamento, ou um desenvolvimento, das potencialidades da sociabilidade natural do homem. Praticá-la é exercitá-la, e ela só se torna legítima quando é espontânea. É nesse ponto que o “interesse” adquire sua função fundamental na natureza do homem. Vejamos o porquê.

Como vimos, no interior das relações sociais, o homem julga-se a si próprio a partir do julgamento que ele faz dos outros, assim como julga os outros de acordo com o interesse em seu bem-estar. Aquele que me prejudica é considerado mau e é desprezado ou odiado; aquele que me é benéfico, por outro lado, é estimado e desejado. Do mesmo modo, o indivíduo que julga os outros julga a si mesmo e considera que precisa ser

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem, p. 77.

benéfico para os outros, e precisa evitar também ser nocivo, pois sabe que é necessário o auxílio de seus semelhantes para que sua existência seja agradável. Ele deseja, então, ser estimado e não desprezado por aqueles. Isso ocorre por meio do desenvolvimento de sua consciência moral, que nada mais é que a capacidade de julgar adequadamente as relações sociais a partir dos seus efeitos. As ações virtuosas para consigo são assim desejadas, do mesmo modo que ele deseja agir virtuosamente para atrair a estima daqueles com os quais convive. Além disso, na medida em que as ações nocivas aos outros despertam na consciência do indivíduo sentimentos nocivos em relação a si mesmo, como a vergonha ou o remorso, as ações benéficas despertam sentimentos vívidos de estima e consideração por si próprio, ou seja, as ações virtuosas fortalecem o amor de si e tornam o homem mais propenso a agir bem:

Quando se diz que a virtude é a sua própria recompensa, indica-se que todo homem que a pratica é feito para usufruir da ternura, estima, consideração e glória – em suma, de um bem-estar necessariamente ligado a uma conduta conforme ao bem da sociedade.¹⁸

Reconhecendo a si mesmo como alguém a ser estimado, o indivíduo que pratica a ação virtuosa reconhece a necessidade que tem dos outros, seja para amenizar a sua luta pela existência, seja para que eles fortaleçam o amor que tem por si mesmo, que o impulsiona a agir de modo mais vívido, aumentando seu apreço pela vida. Assim, Holbach entrelaça o interesse individual à virtude, e torna o amor de si mesmo um sentimento sociável, pois esse mecanismo moral que ele desenvolve articula no interior da natureza do homem a relação intrínseca entre esses aspectos da sua constituição. Sendo um ser sensível e inteligente, o homem possui necessidades, e essas necessidades o ligam aos outros de sua espécie, que ele reconhece como seus semelhantes, pois compartilham consigo as mesmas necessidades. Ele deseja a felicidade, e reconhece que os outros também a desejam. A associação implica, assim, reciprocidade, já que toda agregação visa a uma união de forças para obter vantagens em comum que, sozinho, cada indivíduo em particular não poderia obter.

Apesar do engodo que possa sugerir a existência de conflitos de diversas ordens nas sociedades humanas, e que poderiam desacreditar o sistema moral de Holbach, as razões – inúmeras por sinal – da degeneração dos costumes, das leis perversas, da existência de guerras cruéis e instituições tirânicas, são apontadas por Holbach como

¹⁸ *Ibidem*, p. 79, grifo do autor.

consequência da desvinculação do homem com sua essência material. Ou seja, é devido ao homem não fazer uso das faculdades que possui e desprezar os clamores de sua natureza legítima que ele se encontra numa situação desfavorável com relação à sua conservação, e não por seguir necessariamente uma hipotética natureza egoísta e antissocial. O interesse, desse modo, não é um sentimento perverso ou nocivo, mas apenas uma característica biológica do homem que precisa ser melhor compreendida, principalmente por aqueles que se interessam pelo bem-estar da sociedade, mas insistem em fustigar a natureza humana, degradando-a em comparação a uma hipotética natureza divina, excelsa, incorruptível. Afinal, como disse o barão:

Para ser útil, repito, a moral deve ser simples e verdadeira. É preciso que ela explique claramente. Ela não buscará de maneira alguma ofuscar com vãos ornamentos que quase sempre desfiguram a verdade. Ela não prometerá um *soberano bem* ideal, vinculado a uma apatia insociável, a uma misantropia perigosa, e uma sombria melancolia. Ela não aconselhará os homens a se afastarem uns dos outros ou a odiarem a si mesmos. Ela não os repelirá com preceitos austeros, com conselhos impraticáveis, com perfeições inacessíveis. Ela não lhes prescreverá jamais virtudes contrárias à sua natureza.¹⁹

Portanto, entre as duas tradições apontadas por Todorov às quais aludimos no início, Holbach parece ter seu lugar situado ao lado daqueles que defendem que o homem é, por sua natureza, um ser sociável. Porém, por considerar que não há um paradigma divino que possa servir de exemplo, e que os homens estão entregues às suas paixões tão logo se vejam lançados na existência, ele também poderia ser colocado ao lado daqueles que julgam que o homem busca apenas garantir a sua existência, seja lá por quais meios forem necessários. Sua complexidade, desse modo, lhe assegura um lugar comum na historiografia filosófica, o da marginalidade, como um coadjuvante dos grandes sistemas filosóficos. E como já muito bem demonstrou Michel Onfray,²⁰ a verdade por vezes percorre mais à margem, está mais situada nos rincões do intelecto, do que propriamente nos grandes centros, nos grandes clássicos da História da Filosofia!

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. *Política em Espinosa*, São Paulo: Cia das Letras, 2003.

¹⁹ Ibidem, p. XXXVII do “Prefácio”.

²⁰ Conferir *Contre-Histoire de la Philosophie*, Paris, Éditions Grasset & Fasquelle. Ouvrage paru sous la direction de Jean-Paul Enthoven, 9 tomos.

HOLBACH, barão de. *A Moral Universal ou os deveres do homem fundamentos na sua natureza*. Trad. de Regina Schöpke, São Paulo: Martins Fontes, 2015 (Coleção Tópicos).

_____. *Sistema da Natureza ou Das Leis do Mundo Físico e do Mundo Moral (Système de La Nature ou Des Lois Du Monde Physique et Du Monde Moral)*. Trad. de Regina Schöpke, Mauro Baladi, 1º Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2010 – (Coleção Tópicos).

ONFRAY, Michel. *Contre-Histoire de la Philosophie*, Paris, Éditions Grasset & Fasquelle. Ouvrage paru sous la direction de Jean-Paul Enthoven, 9 tomos.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em Comum: ensaio de antropologia geral*. Trad. de Maria Angelica Deângeli e Norma Wimmer, São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Recebido em 17/12/2018

Aprovado em 13/10/2019